

A CDU de Torres Novas fez as contas e chegou à conclusão de que a reconversão do antigo Convento do Carmo em novos Paços do Concelho e Loja do Cidadão vão custar à Câmara três milhões de euros, e não um milhão como foi orçamentado no projecto inicial. O projecto era para ser participado a 85%, tendo a Câmara avançado com as obras em 2009. A CCDR disse mais tarde que não dava a comparticipação sem o parecer obrigatório do IGESPAR por se tratar de uma área em vias de classificação desde 1993, processo que a Câmara alega não conhecer à altura da candidatura. O resultado foi a paragem das obras no ano passado e agora a rescisão do contrato e pagamento da respectiva indemnização ao empreiteiro. Depois a Câmara terá de fazer novo concurso para o resto das obras e candidatura a fundos para tal. As contas da CDU são por isso simples. O valor total da obra era de 5 milhões de euros. Sendo que perto de metade já estava concluída, segundo Rodrigues terá alegado recentemente, projecta-se que já terão sido gastos 2,5 milhões, dos quais a Câmara não receberá qualquer reembolso da CCDR, uma vez que o projecto inicial não foi avante. Soma-se uma indemnização à construtora que não será inferior a 300 mil euros. Mais 15% do resto da obra, visto que a CCDR comparticipará 85%. Um total de mais de 3 milhões.

Carlos Tomé diz que a Câmara não pode alegar desconhecimento do processo de classificação do conjunto porque a própria autarquia efectuou um pedido de alargamento da classificação em 2008 e porque desde 1997 a classificação está prevista no PDM elaborado pela autarquia. Logo, conclui, trata-se de “gestão irresponsável do executivo PS”, cujas consequências recaem nos munícipes, “já amplamente castigados com impostos e taxas”. A CDU diz ainda que o impacto financeiro das várias obras participadas que estão paradas no concelho é preocupante, nomeadamente os casos da ampliação do centro escolar Visconde S. Gião, cuja indemnização ao empreiteiro por omissões no projecto foi de 100 mil euros, o Centro de Ciência Viva, com uma indemnização por as obras não terem arrancado de 90 mil euros e a recuperação da Casa da Lezíria, obra da qual que não se conhece o valor da indemnização.